

Formação de comunidades quilombolas no Portal do Sertão da Bahia: um trânsito entre a escravidão e a liberdade no final do século XIX

Formation of quilombola communities in the Sertão da Bahia:
between Slavery and freedom at the end of the 19th century

*Jucélia Bispo dos Santos**

Ludmilla Dias da Silva†

RESUMO: Esse artigo objetiva evidenciar como ocorreu a formação de comunidades quilombolas no território do Portal do Sertão da Bahia, entre as duas últimas décadas que antecederam a abolição, em 1888, e os primeiros anos do século XX. Nesse período citado, os quilombos cresceram rapidamente, pois eram o principal foco de atração dos negros que saíam dos engenhos do Recôncavo baiano. A desestabilização político-econômica desse período ajudou nesse processo. A decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, por exemplo, facilitou a migração dos escravos para as regiões que tinham terras públicas. Além disso, após a abolição da escravidão, as crises políticas em Salvador, capital da província, possibilitaram a fuga em massa dos egressos do cativo que viviam na área urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos. Migração. Identidade. Território.

ABSTRACT: This article aims to highlight how the formation of Quilombola communities in the territory of the Portal of the hinterland of Bahia, between the two decades leading up to the abolition, in 1888, and the first years of the 20th century. During this period, the quilombos grew quickly, as were the main focus of attraction of blacks to leave the machines of the Recôncavo. The political and economic destabilization of that period helped in this process. The decline of the mills of sugar cane, for example, facilitated the migration of slaves to the regions that had public lands. In addition, after the abolition of slavery, political crises in Salvador, capital of the province, made the mass escape of graduates from captivity living in the urban area.

KEYWORDS: Quilombos. Migration. Identity. Territory.

Introdução

Atualmente, essa região é composta por dezessete municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

* Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). prof.jucelia@bol.com.br.

† Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Faculdade Professor Damásio de Jesus.

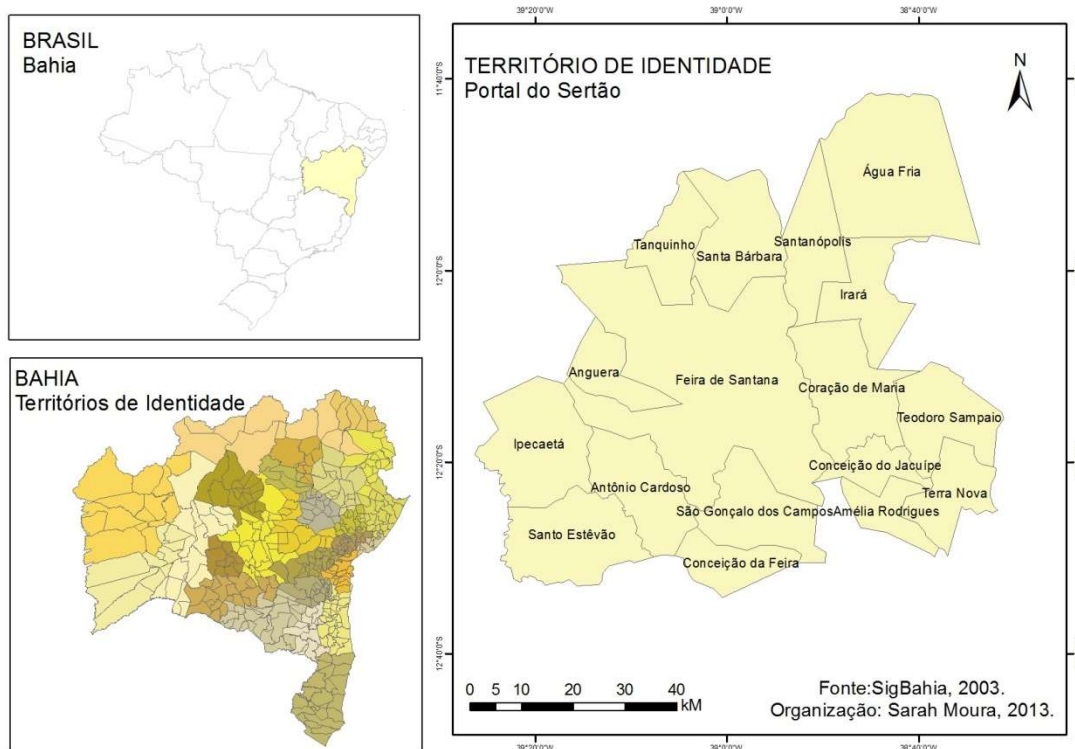


Figura 1: Divisão territorial da Bahia, território de identidade do Portal do Sertão da Bahia, www.ebah.com.br

A nomenclatura Portal do Sertão foi utilizada ao longo da colonização do Sertão baiano e procede do fato de Feira de Santana—antes conhecida com Santana dos Olhos D’água—possuía um entroncamento de estradas de boiadas e era considerada a porta de entrada para o sertão da Bahia. Atualmente esse conceito recebe uma nova significação e parte-se da perspectiva que entende que Feira de Santana é o principal centro de convergência regional desse espaço. O município de Feira de Santana exerce papel de relevante importância econômica e social nessa região, uma vez que é a cidade que possui variados bens e serviços, além de ocupar a segunda posição no Estado da Bahia, depois da capital no que se refere ao tamanho populacional.

A colonização de Portal do Sertão da Bahia começou na segunda metade do século XVII, com as entradas de Antônio Guedes Brito, mestre da casa de Ponte, a partir do avanço da pecuária no século XVIII, quando ocorreu a instalação de currais de gado em todo o sertão baiano. A Casa da Ponte abrangia desde o Rio de Contas indo até os limites de Sergipe, incluindo a Cachoeira de Paulo Afonso¹. Conforme Erivaldo Fagundes Neves², a família Guedes

de Brito, possuía uma imensa propriedade de terras que foram concedidas pela coroa mais e mais extensões territoriais conseguidas à força e por dominação servil. Por decorrência desse processo, essa propriedade formou o morgado da família Guedes de Brito, o qual foi instituído por testamento no século XVII por Antônio de Brito Correa e sua esposa Maria Guedes sendo transmitido ao seu herdeiro Antônio Guedes de Brito.

Nos anos de 1615, 1619 e 1655, o comércio do gado teve expansão, na Bahia. Os comerciantes e curraleiros procuraram as melhores vias para a sua locomoção. Neste contexto, João Lobo Mesquita recebeu por cessão do proprietário da sesmaria "Casa da Ponte", uma grande área de terras, povoando-a em gado, escravos e moradias, abrindo a "estrada de boiadas" para o sertão. Em 1650 João Lobo de Mesquita, concedeu parte de suas terras, situadas entre Jacuípe e Água Fria, a João Peixoto Viegas. Essa região abrangia o atual território do Portal do Sertão.

Na carta de concessão da sesmaria que foi doada a João Peixoto Veigas, se evidencia se detalhes sobre os compromissos entre partes: sesmeiro e doador. Também aparecem aspectos a respeito das propriedades, como: os limites geográficos, a fertilidade das terras, se estão na região de caatinga, se são habitadas por brancos ou por gentios (índios da tribo tapuia), como também cita as riquezas naturais presentes nessas terras a exemplo de rios³:

João Peixoto Viegas Senhor Possuidor das terras da Agoa Fria Itapororocas Jacuípe Velho que hummas e outras São hereos vizinhas dos Tocos [...] vizinhas das dos Tocos e Pinda em Razão de não. Sabermos aonde fin 25 da alias Sabermos aonde Chegão e acabão entre nos as ditas terras temos dúvida parecendo a cada qual que nos entrarmos e tomamos hum ao outro. Viemos a Com cordarmo nos e acordamos amigavelmente por Conservarmos nossa antiga e boa amizade e evitar o trabalho e gasto de demarca das entre nos e nossos herdeiros conviemos e acordamos que a prezente digo que a partir e Sorte das Terras dos Tocoç e Pinda se me fez a primeiro Seguindo a data 15 della pela forma que se diz e se marca a Provizão da Sua Sesmaria e Se ponhão marcas e Signais que Serão para Sempre de divizão com 20 as terras de Agua fria Itapororocas e Rio Jacuípe velho que tem a Sismaria de mim João Peixoto Viegas porquanto as ditas 25 terras de Tocoç e Pinda ficão ao Norte do dito Rio e Itapororocas Agua fria [...]

De acordo com esse documento, João Peixoto Veigas recebeu três sesmarias: Água Fria, Itapororocas e Jacuípe: área de atualmente abrange todo o território do Portal do Sertão da Bahia. Essa concessão de terras tinha como finalidade a implantação do povoamento de vastas regiões, nas quais viviam populações indígenas e cujas terras eram ameaçadas constantemente por invasores estrangeiros, no caso, os holandeses. Essas terras foram destinadas, muitas vezes, a homens cuja principal fonte de renda viria da exploração de suas fazendas e da produção sertaneja como um todo, fosse com a comercialização do gado ou com a arrematação de cobrança dos dízimos.

Entre os séculos, XVII e XVIII ocorreram o deslocamento da criação de gado do litoral para o interior. Esta ação nasceu graças às pressões exercidas em torno da organização geral da colônia. O governador Tomé de Souza propôs a separação das duas maiores atividades econômicas da colônia: a produção da cana -de -açúcar e a pecuária. De tal modo, ele proibiu a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral, em 1701⁴. A Zona da Mata foi destinada ao plantio da cana-de-açúcar e ao Sertão ficou reservada à pecuária. Depois desse ajuste, o gado foi deslocado para regiões interioranas distantes daquelas destinadas ao cultivo da cana. Com a proibição da criação de gado a menos de 10 léguas do litoral, os colonizadores foram em busca da conquista das terras do sertão.

A implantação da pecuária promoveu a migração de sujeitos que vislumbravam a busca de terras para instalação de currais de gado. As novas entradas foram abertas. A cidade de Cachoeira era o início de vários caminhos, pois o gado era desembarcado no porto cachoeirano. Subindo a estrada de Cachoeira primeiro existia chegava-se a Santana dos Olhos D'Água, atual Feira de Santana, onde se estabelecia uma divisão em dois caminhos. Um dos caminhos seguia por: Santana do Camisão (Ipirá), Mundo Novo e Jacobina, tornando-se a dividir. A partir de Jacobina um dos caminhos ia para Remanso e interior do Piauí, e o outro caminho seguia para Juazeiro e interior de Pernambuco.

Com a expansão da pecuária, ocorreu um aumento populacional nessa região. Em 1786, na freguesia de Água Fria, a qual está inserida no território do Portal do Sertão, registrava os seguintes números relativos à quantidade de habitantes:

Tabela 1: Censo da população de Água Fria em 1786.

Casais de Índios Aldeados	32
Livres	527
Escravos	469
Pardos Livres	289
Forros	101
Índios	72
Total de Sujeitos	1490

Nesta vila existiam 527 livres, 469 escravos, 101 forros, 72 índios aldeados e apenas 4 morando nas fazendas. Esse último censo, cujos dados são mais precisos, permite perceber que grande parte dos pardos livres (ao todo 289) eram filhos de pardos forros. No segundo censo, consta que em Água Fria a proporção era semelhante, constando 381 cativos pretos em um total de 469⁵. Sobre essa conjuntura, Stuart Schwartz demonstrou que, entre 1778 e 1798, houve uma saída de 2844 cativos para o sertão. Dentre as nações africanas que viam para sertão, as seguintes receberam mais destaques: os angolas, benguelas e congos (contando 2163 pessoas), seguidos pelos minas, nagôs e jejes⁶.

No final do século XVIII, as terras do território do Portal do Sertão já possuíam uma população numerosa. Muitas vezes, os números dos negros e dos aldeados era maior que o da população branca. Por outro lado, alguns sujeitos brancos também disputavam essa região, visando a implantação de currais de gado. A partir daí, passaram a existir muitas revoltas entre curraleiros e índios. Os conflitos surgidos a partir do processo de colonização foram resultados direto da escravização imposta aos indígenas e da expropriação de suas terras pelos agentes coloniais. Um dos momentos de maior intensidade destes conflitos deu-se em 1687, momento em que diversos povos indígenas formavam aliança e se lançam em ofensiva contra os colonizadores. Nestes casos, os indígenas saqueavam e tocavam fogo em fazendas. Assim, como também invadiam as propriedades dos homens branco⁷.

Com o passar dos anos as ordens religiosas passaram a arrendar suas terras. Os jesuítas possuíam centenas de foreiros⁸, além de alugarem suas terras. As terras eram arrendadas por um foro contratual. Essas terras ficaram no comando pequenos plantadores e vaqueiros de

gados, na qualidade rendeiros de grandes sesmeiros. Essa região era vista como uma fronteira que se traduzia em maior pressão sobre o acesso a terra. Havia terra disponível para cultivo nas regiões de maior densidade populacional ainda em fins do século XVIII. As terras devolutas estavam sendo rapidamente apropriadas.

As terras dos aldeamentos do Portal do Sertão eram oficialmente abrigo dos indígenas e escravos que viviam sob o comando dos padres. No entanto, entre o século XVIII até o final do século XIX, esses espaços tiveram outros fins. Muitos negros e mestiços livres passaram a utilizar a ocupar as antigas terras que pertenciam aos indígenas. Muitos deles passavam a viver sobre o comando das regras dos missionários católicos, mas em troca recebiam terras para trabalhar⁹. Esses sujeitos não indígenas aproveitavam o máximo que os aldeamentos podiam oferecer: terras, abrigo, ferramentas, armas, alimentos, etc.¹⁰ dessa forma, índice populacional aumentava nas regiões aldeadas.

No final do século XIX, essa região passou a ser vista por escravos e libertos como um lugar que a liberdade poderia se estabelecer, por meio da posse da terra. Essas terras estavam vinculadas aos antigos aldeamentos jesuíticos que foram estabelecidos na região entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII. Nesse período supracitado, grupos formados por escravos e libertos, especialmente, acompanhados com familiares, aventuravam-se pelas áreas florestais em busca de terras para trabalhar. A conquista da terra permitia ao negro livre o direito de escolher onde trabalhar e o direito de circular livremente pelas cidades.

Depois que as famílias tomavam a posse das terras formava-se os agrupamentos através dos laços de parentesco. Essas pessoas viviam através do uso comum das terras, onde praticavam a agricultura baseada na mão-de-obra familiar. O trabalho era feito coletivamente:

Eles faziam os grupos, eles independentemente iam dar digitório uns aos outros e tal... ajudavame cantavam. Até me lembro que um dia eu passei pelo alto trabalhando e fiquei com medo daquilo que ele disse assim: ganhou, mas não leva¹¹.Aqueles batalhões de 40,50 e 100 pessoas, era uma espécie de festa de festa na roça¹².

Dessa forma, muitos escravos passaram afirmar sua liberdade negando trabalho, diretamente ligados às propriedades dos senhores brancos. Pois, a literatura que fala da transição da mão – de- obra escrava para o trabalho livre, destaca que muitos pretos e crioulos, mesmo quando forros, uma vez que estes estavam sempre sujeitos à reescravização, já que nem sempre possuíam prova de sua liberdade. Os negros livres, ameaçados de reescravização ou escravidão injusta procuravam pelos meios legais a legitimação de seu verdadeiro status de liberdade através da formação de comunidades de afrodescendentes livres.

Esses grupos resistiam mediante a criação de laços solidariedade que eram estabelecidos através o uso comum dos recursos naturais de forma harmônica, consumiam, produziam e comercializam o excedente adquirido na própria terra¹³. Esses indivíduos comercializavam produtos alimentícios que são produzidos em pequenas extensões de terras, como: feijão de corda, mangalô, andu, licuri, etc. Também comercializam produtos artesanais como: cordas, chapéu de palha, balaios, potes e panelas de barro, etc. As famílias livres, que não viviam sobre a tutela dos senhores, formavam agregados eventuais (filhos adotivos, "primos", ou "tios"), centrado (e organizado) na figura de um chefe – o pai ou (com a morte deste) o irmão mais velho. A integração e o aumento da parentela agnática¹⁴ era consolidada pela capacidade de liderança e aglutinação do seu chefe, assim esse demonstrava a sua capacidade de ampliar e manter solidário o grupo de irmãos.

Terras de quilombos em antigos territórios das missões jesuíticas

Os jesuítas permaneceram na região do Portal do Sertão, até 1759. A partir desta data, foram confiscados os bens da Companhia em toda a colônia. Com a expulsão dos jesuítas, ocorreu a criação de vilas e incorporação dos contingentes indígenas à população colonial, não só dificultavam a manutenção das terras designadas, como pareciam dar suporte a declarações acerca da inexistência de indígenas “puros”. Ou seja, seria preciso demarcar os indígenas puros, a fim de garantir a continuidade de sua estrutura social. Com isso, os negros que viviam, nesses espaços, também passaram a ser perseguidos. As populações de escravos nos aldeamentos assustavam a sociedade da época. Essa região que passava a ser cobiçada pelos colonizadores

também era ambicionada pelos negros fugidos. As fugas ora eram individuais, ora grupais. Os escravos fugiam das cidades e das fazendas e os motivos eram muitos, porém não nos deteremos neles e sim na observação do funcionamento dessa sociedade especificamente na relação entre donos e escravos. A decadência dos engenhos, por exemplo, facilitou a fuga dos escravos. Além disso, após a independência do Brasil, as crises políticas atingiam a região açucareira, sobretudo Salvador capital da província. Esse descontrole político possibilitou a fuga em massa dos escravos que viviam na área urbana. Situado numa região de histórica confluência de indígenas, negros e de toda a sorte de categorias que colocavam em risco a ordem colonial vigente durante séculos.

Os escravos viam nessa região, “refúgio e oportunidade”, nesta mata “mais habitada do que parece”, onde “caminhos e estradas” que se cruzavam. A formação de quilombos na região pesquisada cresceu à medida que a ocupação do interior brasileiro aumentava e a população se deslocava para áreas não colonizadas, a instituição da escravidão também se difundia e, com ela, a fuga de escravos. Nessa fase, os quilombos dos negros fugidos se imbicavam com a resistência indígena. Nesse contexto, os grupos de negros fugidos mantinham relações com as populações nativas.

Nessa região, a população de escravos era bem resumida. A estrutura das fazendas de comportava poucos escravos.

Tabela 2: distribuição dos escravos, no território do Portal do Sertão, de acordo com os plantéis

Pequenos plantéis	1 a 3 escravos
Médios plantéis	4 a 10 escravos
Grandes plantéis	11 a 49 escravos

Nos pequenos plantéis era possível encontrar de 1 a 3 escravos; nos médios plantéis de 4 a 10; nos grandes de 11 a 49¹⁵. A posse de escravos na região de Irará, foi caracterizada, por uma estrutura produtiva voltada essencialmente à produção agrícola alimentar (tanto para autoconsumo quanto para o comércio) e à criação de gado. Poucos homens possuíam a quantidade superior a 50 escravos. Muitos dos escravos provinham da produção interna das

fazendas. Essa característica demográfica repercutiu num escravismo onde existia uma relativa paridade entre a população escrava masculina e feminina, e uma considerável proporção de crianças no total da população cativa.

Apesar de ter uma população resumida de escravos, o Portal do Sertão recebia negros fugidos, especialmente, da região do Recôncavo, os quais se aventuravam nas matas para formar quilombos. Esse movimento de resistência promoveu um controle acirrado visando combater a formação desses núcleos. Em 18 de abril de 1714, o Governador Pedro de Vasconcelos ordenou a extinção de um mocambo localizado: “no mato dos campos de Cachoeira”, próximo a São Gonçalo, que reunia “negros, negras e crias fugidas desta freguesia e das freguesias vizinhas” (Folha do Norte, 18 de abril de 1942). Alguns quilombos ressurgiram, outros mantiveram resistência até o final do século XVIII, a exemplo de Orobó e Andaraí, destruídos em 6 de abril de 1797: “graças aos esforços do Capitão-Mor de Entradas e Assaltos do distrito de São José da Itapororocas com a ajuda de outros capitães e demais pessoas”. Por ser uma região muito próxima da região do Recôncavo, a nucleação e a fuga organizada de escravos eram favorecidas.

Durante os anos de 1839 a meados de 1841, território do Portal do Sertão recebeu uma massa de escravos e libertos que circulava para além das matas férteis e invadiam o interior das vilas¹⁶. Conta o Sr Raul Ferreira, que em Irará alguns negros também fugiam do cativeiro¹⁷:

Conheci um velho aqui por nome Izidio, conheci outro por nome Hilário, que tinha o nome de capitão. Eles trabalhavam na lavoura. Esse Hilário fazia a embarricada... Então quando ele chagava na senzala, já tinham arengado para o patrão, com o chefe de lá. Então ele era pegado e castigado. Então, às vezes ele fugia, e era pegado e castigado. Uma vez ele foi pegado aqui acima de Água Fria, quase 4 léguas, mais ou menos. Outra vez foi pegado aqui acima de Riachão também fugido. E ia para o tronco... Esse Hilário morreu aqui na nossa fazenda.

Surgiam os numerosos líderes de bandos, tantos que a maioria teve seus nomes esquecidos pela história, como o lendário “Lucas da Feira”. Ele nasceu em Feira de Santana, Bahia, em 18 de outubro de 1807. Ele foi um escravo que ficou conhecido como um grande

salteador de estradas, que atuou na microrregião de Feira de Santana durante 20 anos. Assim, ele causava terror aos habitantes dessa região. Suas vítimas preferidas eram os vaqueiros, homens de negócios e feirantes¹⁸.

Na observação das fontes encontradas, o relato mais significativo relativo à perseguição a quilombos diz respeito à ação realizada no início de 1834. O objetivo era solicitar ajuda para promover a destruição dos quilombos que existiam na região. Assim, a câmara de Feira de Santana informou ao presidente da província sobre a existência de “escravos fugidos reunidos em quilombos: “aquelas terras são comumente freqüentadas por escravos fugitivos e quilombolas, que ali vão se refugiar se nutrindo do ócio do crime ou no crime inclusive penetrando nos meios indígenas em suas perpetuas vadiagens, para isolar-se...”¹⁹

Nesse período que Lucas da Feira assustava a região do Portal do Sertão, outros movimentos de rebelião escrava aconteciam na Bahia. Toda província foi movida por revoltas e insurreições de negros contra a coroa portuguesa e a ordem escravocrata. Essas revoltas eram duramente reprimidas tanto pela coroa portuguesa como pelas autoridades brasileiras²⁰:

É verdade que nenhum dos movimentos com apoio popular conseguiu formular um projeto econômico global para a Bahia. No entanto, ao longo de todas estas revoltas, é possível recompor uma pauta de reivindicações que terminam por configurar uma espécie de programa de caráter urbano e popular, alternativo ao modelo escravidão – império – açúcar. As quatro linhas fortes eram a emancipação dos escravos, autonomia política da província, diversificação da economia de exportação e a abertura da fronteira para a pequena propriedade.

Esse processo de revoltas espalhou muitos negros pelas diversas regiões da Bahia. Vários negros vinham para essa região em busca de terras para trabalhar. Com a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar no Recôncavo, as fugas dos escravos foram mais acentuadas²¹. Walter Fraga Filho destaca que, nesse período, muitos escravos do recôncavo baiano, por meio das várias formas forçavam os limites do sistema escravista. As proporções de formação de comunidades livres, em todo sertão baiano, aumentaram principalmente, por conta da crise da

economia açucareira e fim do tráfico negreiro²². Século XIX, quando ocorreu o fim do tráfico transatlântico²³.

Vale salientar que, desde o início da escravidão, no Brasil, muitos cativos fugiam à procura de um lugar qualquer do interior, de um abrigo, seja na serra, em uma ilha, nos mangues ou nas florestas. Isto não significa que os ajuntamentos de escravos fugidos não existissem antes. Os cativos fugidos procuravam formar uma comunidade de produtores livres, em um espaço geográfico e social que, por suas características, estivesse fora do alcance dos interessados pela produção escravista, formando as comunidades conhecidas como mocambos ou quilombos. Porém, nos anos 80 e 90 do século XIX, ocorreu o agravamento da situação, por conta da crise econômica, em que mergulhara o recôncavo açucareiro.

Esses homens livres pobres viam no sertão uma espécie de fronteira móvel, que estava recoberta por um imaginário de liberdade. Como sintetiza Walter Fraga²⁴:

O fato de a maior parte dos braços da lavoura açucareira ter vivido a experiência da escravidão foi decisivo para definir os contornos das relações cotidianas que se formaram depois da abolição. As vivências no cativeiro serviram de parâmetros para os libertos definirem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, incluindo estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova condição.

Dessa forma, os libertos adentraram nos meios rurais e urbanos, buscando firmar sua liberdade e viabilizar seus interesses pessoais. Os sujeitos que viveram nesse período empreenderam uma luta pela sobrevivência, sobretudo da satisfação das necessidades primárias como a alimentação. Ocorreu à elevação dos preços dos produtos de subsistência, como a farinha²⁵. Toda população baiana, dessa época, enfrentava os efeitos da crise econômica, pois todos sofriam as consequências prolongadas com o desaquecimento da economia açucareira. Por conta dessa acentuada crise econômica a população dos ex-cativos buscavam a sorte em outros lugares.

Os escravos não se aventuravam sozinhos, muitos deles iam procurar abrigos nos ambientes dos indígenas. Os indígenas, que já estavam presentes neste espaço viviam de uma

agricultura itinerante e do extrativismo como alternativa. Esses indígenas passaram a dividir esses espaços com os negros fugidos das diversas origens étnicas e culturais. Os negros aquilombados encontravam solidariedade e auxílio com os parceiros indígenas. Os foragidos da lei encontram nesta mata um refúgio seguro, onde as mãos da justiça dificilmente os alcançam. Dessa forma, a relação entre quilombos e comunidades indígenas, na região pesquisada exerce certa aproximação.

Era comum, principalmente na primeira metade do século XIX, que pequenos grupos de escravos fugidos se escondessem nas matas que cercavam as propriedades²⁶. Essas fugas ocorriam principalmente em locais que reuniam um bom número de fazendas e escravos. Pela necessidade de mobilidade, os quilombolas erguiam seus ranchos nas matas, nos engenhos e próximos aos povoados. As origens das comunidades de quilombos do Portal do Sertão da Bahia estão relacionadas, apenas, com os escravos fugidos. Essas comunidades também abrigavam brancos e índios.

As fugas ora eram individuais, ora grupais. Os escravos fugiam das cidades e das fazendas e os motivos eram muitos; porém não se pretende aqui deter-se nisso e sim na observação do funcionamento dessa sociedade, especificamente na relação entre donos e escravos. A decadência dos engenhos, por exemplo, facilitou a fuga dos escravos. Além disso, após a independência do Brasil, as crises políticas atingiam a região açucareira, sobretudo Salvador, capital da província. Esse descontrole político possibilitou a fuga em massa dos escravos que viviam na área urbana, numa região de histórica confluência de indígenas, negros e de toda a sorte de categorias que colocavam em risco a ordem colonial vigente durante séculos.

Nos finais da escravidão, os fazendeiros do sertão passaram a substituir a mão -de- obra escrava pelo trabalho à meia. Tendo havido grande mobilidade da população dentro do território, foi possível se estabelecer um novo reordenamento do trabalho. O crescente aumento de mão -de -obra livre na segunda metade do século XIX, com a diminuição do número de escravos estabeleceu, ao longo do tempo, medidas de coerção e imposição do trabalho ao homem livre.

Muitos fazendeiros com pouca mão-de-obra para a produção agrícola recorriam à força de trabalhadores livres que desenvolviam suas atividades em grupos estabelecidos pela origem familiar²⁷. Nesse processo, surgia a doação de terras para libertos. Assim, os proprietários disponibilizavam um pequeno pedaço de terra e uma pequena casa em troca de um aluguel, e exigiam lealdade e submissão por parte dos trabalhadores, “moradores”. Desse modo, o apoio ao processo lento e gradual de extinção da escravatura levou a incorporação do trabalho livre.

Os trabalhadores residentes em terras arrendadas continuariam tendo uma série de obrigações para com os proprietários, como por exemplo, a de prestarem certo número de dias de trabalho por semana por um preço bem baixo. Nos demais dias eles poderiam cultivar gêneros alimentícios, o que realizam com a ajuda de toda a família. Este serviço foi conhecido como o trabalho à meia²⁸:

Quando se instalou o negócio de meeiros, houve este intercâmbio entre os escravos e meeiros. Os antigos escravos ficaram conhecidos como meeiros, pois voltaram a trabalhar com os patrões- aqueles melhores. Outros negaram os patrões e foram embora, pra outro lado, trabalhar por conta própria... Tinha patrões que davam a meia naquela época pra tirar tudo do trabalhador. O sujeito fazia tudo, quer dizer: limpar, capinar, ciscar, tirar o cisco, botar adubo por conta dele, cavar e dividir depois de maduro, a mandioca ou o fumo...

O meeiro era visto como um “semiescravo”, o agregado, o camponês altamente dependente e dominado pelo grande coronel – o latifundiário – continuava a ser o melhor perfil da sociedade brasileira. Podem também ser chamadas de lutas pelos direitos humanos as revoltas populares contra vários tipos de opressão por parte do Estado e das elites dominantes, em cada época histórica. Entram nesse rol as iniciativas de resistência dos índios e dos negros. Pois, sendo a eles proibido, inclusive, o direito de recurso da terra, passaram a negar papéis antes inerentes à escravidão, como receber rações diárias, ir ao trabalho nos canaviais ou trabalhar sem remuneração.

Era muito frequente a figura do agregado, morador ou lavrador que morava com a família na fazenda do patrão, em pequeno terreno cedido para fazer uma roça para sua

sobrevivência. Sem dúvida, essa peculiar característica de fronteira em que o indivíduo tem a possibilidade de emancipação, principalmente se engajado em milícias ou trabalhando na pecuária, é um fato singular e que merece estudos. Contudo, é limitado a um específico período, e mais, um determinado contexto beligerante. Esses sujeitos eram completamente dependentes dos senhores donos de terras. Por conta dessa dependência, os fazendeiros exigiam parte da produção dessas roças pelo uso de suas terras. Em troca do trato de terra e da proteção que recebia do proprietário da terra, os trabalhadores deviam a este a contraprestação de serviços não-econômicos. Eles constituíam uma clientela política, ou seja, eram eleitores de cabresto, e serviam como guardiães da propriedade. Esses homens, pobres viviam como agregados, parceiros, meeiros, ou como morador de um pequeno sítio, conquistado através da prática de arrendamento, ou foreiro. Para sobreviver em paz, os roceiros viviam comandados pelos caprichos e interesses do grande proprietário que monopolizava o acesso à terra.

Conforme Erivaldo Fagundes Neves, “a escravidão desenvolveu-se no sertão baiano, simultânea e articuladamente com a meação, confundindo choupanas de agregados e casebres de escravos” Daí vêm as histórias dos agregados feitos eleitores, jagunços, defensores de divisas de terras, ganhando sentido a partir da humildade dos serviços que prestavam. Dessa forma, muitos ex-cativos passaram a procurar esses serviços, já que não existia um controle jurídico em torno do trabalho do pequeno lavrador. Diversos egressos da escravidão e mestiços livres compravam e arrendavam terras, em virtude da inexistência de lei que os autorizava a comprar terras, assim como executarem o arrendamento das mesmas²⁹. No processo de arrendamento, os fazendeiros apenas exigiam parte da produção dessas roças pelo uso de suas terras. Esta natureza das condições do trabalho tornava mais nítida a importância dos lotes de lavouras. O plantio permitia a reprodução do trabalho familiar³⁰. Os membros da família trabalhavam para o patrão recebendo ou não a diária e nos dias “livres” trabalhavam por conta própria. Além disso, também era frequente a modalidade das roças arrendadas por uma quantia ou por um contrato de meia, ou de terça e até de quinta parte da produção. Esse sistema de meia era comum entre os pequenos lavradores que não tinham condições para comprar a semente e outros insumos. Nas lavouras de mandioca, feijão, milho e fumo aparece um tipo de contrato de

sociedade: o proprietário limpava e preparava o terreno e o lavrador plantava e cultivava, sendo depois a produção dividida ao meio.

Considerações Finais

Identificou-se que a origem dessas comunidades data de mais de cem anos, segundo a memória dos moradores mais antigos, as referidas terras, nas quais os atuais moradores residem, foram ocupadas num período anterior à Lei Áurea, em 1888. A recordação dos nativos mais velhos abaliza que os primeiros moradores desse lugar chegaram à região por volta de 1840. Portanto, destaca-se que a origem das comunidades de quilombos do território do Portal do Sertão ocorreu através de duas linhas de raciocínio: primeira, que essa região, desde a colonização especialmente a região que abrigou os aldeamentos jesuíticos – recebia um número considerável de escravos fugidos, que viviam nas matas com os indígenas; segunda, busca-se as origens das comunidades de quilombos na estruturação da sociedade colonial e nos processos de resistências que os cativos organizaram, sobretudo, da formação da família escrava. Com o passar dos anos, os negros articularam identidades em torno das relações de parentesco. Com isso, formavam grupos coesos que desafiavam a sociedade escravagista formando bandos e comunidades livres.

Ao cruzar as fontes diversas, nota-se que entre as duas últimas décadas que antecederam a abolição, em 1888, e os primeiros anos do século XX, ocorreu um intenso fluxo de negros (escravos fugidos e libertos) na região do Portal do Sertão. Essa migração partia da região do Recôncavo para as terras devolutas³¹ que pertenciam às missões jesuíticas que foram instaladas na região entre a segunda metade do século XVII e século XVIII. Podemos trazer como os principais pontos dessas considerações os seguintes aspectos:

- A formação de comunidades quilombolas no território do Portal do Sertão da Bahia, entre as duas últimas décadas que antecederam a abolição, em 1888, e os primeiros anos do século XX.

- As origens das comunidades de quilombos do território do Portal do Sertão aos processos de resistências que os cativos organizaram, sobretudo, a partir da formação da família escrava.
- Os vínculos de solidariedade construídos entre negros e indígenas no processo de ocupação das terras do Portal do Sertão.
- Os escravos do Recôncavo construíram um itinerário de liberdade através da ocupação de terras no território do Portal do Sertão da Bahia.
- A formação grupos coesos de negros fugidos e libertos, os quais desafiavam a sociedade escravagista formando bandos e comunidades livres, nas duas últimas décadas que antecederam a abolição.

O objetivo geral dessa produção visou destacar como ocorreu a formação de comunidades quilombolas no território do Portal do Sertão da Bahia, entre as duas últimas décadas que antecederam a abolição, em 1888, e os primeiros anos do século XX. As fontes que apontam a análise dessa pesquisa encontram-se: em arquivos públicos e privados; na biblioteca do Vaticano; no arcebispado da arquidiocese de Feira de Santana; Vara Crime do Fórum Filinto Bastos de Feira de Santana (BA); e em documentos orais transcritos que foram coletados durante uma experiência de pesquisa 7 anos (mestrado e doutorado) da presente pesquisadora.

Arquivo Público Municipal de Irará³², do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Centro de Estudos Feirenses (Museu Casa do Sertão-Universidade Estadual de Feira de Santana). As fontes encontradas nos arquivos públicos, referentes à formação das comunidades quilombolas do Portal do Sertão da Bahia, estão relacionadas com a marginalização desses sujeitos: ação de condenação, processos crimes, correspondências emitidas (denunciando esses grupos enquanto espaços perigosos) e jornais que destacam a caça aos quilombos no século XIX e a pobreza, no século XXI.

No Arquivo Público de Irará, têm alguns documentos que expressam a estrutura social desse período. Essas fontes históricas são interessantes na análise da organização dessa sociedade. Existem alguns inventários, livros de notas de tabelião, registros de compra e venda

e hipoteca de propriedades e receita e despesa das Igrejas. Os inventários e livros de notas de tabelião são ricos em dados sobre a importância da terra como fonte permanente de renda, assim como também os registros de compra e venda e hipoteca de propriedades informam sobre as várias formas de ocupação desse território. Por meio dessa documentação, também é possível perceber como a propriedade fundiária organizou sociedade iraraense, do período da colonização, os seguintes estamentos³³

As inúmeras citações dos documentos (inventários, escrituras de compra e venda processos de demarcação de terras) anunciam como a estrutura fundiária da região foi montada³⁴. Assim, aparecem a roças, sítios e posses, os quais possibilitaram uma compreensão do campesinato naquela economia e a análise da dinâmica da pequena produção na região. Esses mesmos documentos podem mostrar a diversificação da economia nas fazendas de gado, quando se referem aos "engenhos" e as "casas de farinha".

Nos inventários *post-mortem* e nos registros paroquiais de batismos e casamentos, fontes cruciais para a análise mais precisa de relacionamentos familiares entre escravo. Os dados demonstram que havia um considerável empenho na formação de famílias nucleares ou matrifocais³⁵. Para Robert W. Slenes, a constituição de família, nesse período era de grande importância para todos aqueles que se encontravam sob o jugo do cativo³⁶. Pois, o casamento permitia ao escravo, a possibilidade de ganhar mais espaço, na sociedade vigente, sobretudo do projeto de uma nova história de liberdade para os descendentes.

Nos Livros de Notas dos Tabeliães encontram-se informações que tratam da economia escravista e o tráfico interno de escravos no Portal do Sertão da Bahia. Os inúmeros registros de compra e venda dos escravos são interessantes para o resgate desse comércio no Sertão da Bahia. Encontram-se também dados demográficos sobre os escravos, assim como registros de compras e vendas e de cartas de euforias. Os dados sobre as alforrias e manumissões, existentes nesses livros, são importantes para a reconstituição das relações sociais entre os senhores e seus escravos nessa região.

Os Livros de Casamento das Igrejas são outra fonte primária valiosa para o estudo da escravidão no Portal do Sertão; neles estão registrados os casamentos inter-raciais e

principalmente entre os próprios cativos, o que sugere um comportamento dos proprietários mais favorável à constituição de família e do matrimônio entre seus escravos. Além desses, os livros de batismos, óbitos e também os inventários são fontes imprescindível para se conhecer a organização de família, branca, indígena, negra e mista entre índios e negros, brancos e índios, brancos e negros.

Através das documentações encontradas nos arquivos, nota-se que no Portal do Sertão, ocorreram casamentos mistos entre índios e negros, brancos e índios e, numa proporção menor, a de branco com negro, nessa região, nos estimula a procurar respostas para a motivação de casamentos mistos. Em contrapartida, nas regiões de intenso comércio escravo, as informações demográficas acusam um panorama totalmente diferente marcado por uma grande disparidade entre a população escrava feminina e masculina com predominância dos homens, além de apresentarem certa homogeneidade na faixa etária dos cativos.

Encontram-se documentos específicos que discorrem sobre a memória das comunidades quilombolas de Irará, sobretudo da região da Serra de Irará. Essas informações fazem parte de um agregado de documentos orais transcritos como os registros da memória oral do município: contando-se em duas entrevistas como os senhores Sóstenes Paes Coelho e Raul Ferreira Cruz, ambos, fazendeiros do município. Essas entrevistas foram produzidas, em 2005, pelo advogado Aristeu Nogueira, em colaboração com o Projeto de História Oral de Irará, que objetivou a organização da memória do município.

Um documento de extrema relevância para esse projeto é processo crime de Lucas da Feira. Nesse documento pode-se buscar o objetivo que visa analisar como ocorreu a formação grupos coesos de negros fugidos e libertos, os quais desafiavam a sociedade escravagista formando bandos e comunidades livres, nas duas últimas décadas que antecederam a abolição. Cabe ressaltar que esse documento se encontrava desaparecido, porém o mesmo foi encontrado na Vara Crime do Fórum Filinto Bastos de Feira de Santana, Bahia.

De acordo com os estudos de monsenhor Renato Galvão, a biblioteca do Vaticano guarda os originais do relatório do arcebispo dom João Franco em 1694, incluindo São José como freguesia. O Centro de Estudos Feirenses, localizado no Museu Casa do Sertão, na

Universidade Estadual de Feira de Santana, guarda informações sobre a capela de São José. Existe um livro de batizados e casamentos da freguesia de São José das Itaporocas, no período de 1685 a 1710. A freguesia unia às paróquias as comunidades vizinhas. Dentro do território que abrangia, essas desenvolviam ações sociais. A Freguesia intervinha deliberando casamentos, batizados e registros de óbitos. Ou seja, a essa estrutura vinculada a Igreja funcionava com um corpo administrativo. Durante todo o século XVIII e início do XIX, a Freguesia de São José pertenceu à vila de Cachoeira. Com essas fontes supracitadas pretende-se realizar os objetivos previstos para essa pesquisa, a qual visa objetiva pesquisar como ocorreu a formação de comunidades quilombolas no território do Portal do Sertão da Bahia.

Referências

APEB, Seção Histórica, cartas ao Governo, maço 242.

ABREU, J. Capistrano de. 1930. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, A.W. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. In: **Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e conflito na Amazônia**. Org. Edna M. R. de Castro, Jean Hébette. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

_____. Quilombos: sematologia face as novas identidades. In: **Frechal: Terra de Preto - Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ANDRADE, Maria Celeste Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial / Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia**. Salvador: [s.n.], 1990.

ANJOS, R. S. A. dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira Configuração Espacial**. 3. ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. Bergen/Oslo: Universit etsforlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.

- AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1955.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**, Salvador, EDUFBA, 1992 (Cap. IX).
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política, 2.^a ed. RJ: Paz & Terra, 1987.
- BOIS, W.E.B. 1986. The Conservation of Races, in **Writings**, New York, the Library of America. Publicado originalmente em American Negro Academy, Occasional Papers, n. 2, 1897.
- BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Documentos históricos [Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) dadas por Salvador Correia de Sá (1578-79)] / Biblioteca Nacional**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1928.
- BRANDÃO, Carlos R. **Identidade e Etnia**. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 11 eds./9^a tiragem. Fundação de Assistência ao Estudante – FAE/MEC, Rio de Janeiro, 1995.
- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês – O protocampesinato negro nas Américas**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- _____. Matrimônio “e solidariedade tribal Terêna” - **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 7, n. 1/2, 1959.
- _____. O Índio na consciência nacional. A noção de Colonialismo Interno na etnologia In: **A sociologia do Brasil Indígena**. Rio de Janeiro, Tempo Universitário. 1978.
- CARON, Patrick & SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Embrapa, Cirad. Brasília. 2003.
- CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In CARVALHO, José Jorge (Org) **O Quilombo do Rio das Rãs**. Histórias, Tradições, Lutas. Salvador, EDUFBA, 1996 p. 7-10.
- CARVALHO, José P. F. de & O'DWYER, Eliane Cantarino. 2002. Jamarý dos Pretos, município de Turiaçu (MA). In: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). 2002. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.169-186.

Correspondência da Câmara de Feira de Santana para a Presidência da província, Maço número 1.309; Ano 1934 doc. Número 04-11/01/1834-APEBBA.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Edusp, 1969.

FRAGA, Walter Filho. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. PORTARIA Nº. 40, DE 13 DE JULHO DE 2001.
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP), do Ministério da Cultura. **Projeto de Melhoria da Identificação e Regularização de Terras das Comunidades Quilombolas Brasileiras**, 2003.

GALVÃO. Mons.Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana**. Manuscritos do Livro de memória da região de Feira de Santana. Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM, 2002.

LIMA, Zélia de Jesus de. **Lucas Evangelista: O Lucas da Feira**. Estudos sobre a Rebelião Escrava em Feira de Santana/1807-1849. Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador, 1990.

LIVROS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DAS ITAPOROCAS: batizados e casamentos (1685-1890) Óbito (1685-1721) –Diocese de Feira de Santana.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **Escravidão em Feira de Santana**. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. Sitientibus, número 08, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 1988.

_____. **Escravidão em Feira de Santana**. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. **Sitientibus**, número 08, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 1988.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

_____. Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do Rio das Rãs. **Sitientibus**. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 21, p. 117-142, 1999.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Hucitec, 1978, p.234.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **Escravidão em Feira de Santana**. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. **Sitientibus**, número 08, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 1988.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapoã, 1968.

POUTIGNAT, Philippe. 1998. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Fundação Editora da UNESP.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SILVEIRA, Renato. Etnicidade. In: Antonio Albino Canelas Rubim. (Org.). **Cultura e Atualidade**. 1 ed. Salvador: Edufba, 2005, v., p. 29-47.

SILVA, Arnold. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, 11 de agosto, 1939.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed., Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 54.

SZMRECSÁNYI, Tomás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. Contexto, São Paulo, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1853**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: UFBA, p-25, 1974.

VAINFAS, Ronaldo. “Os mamelucos e a fronteira: um conflito de lealdades”. *Leitura*, São Paulo, 11/10/1992.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos**. São Paulo: Corrupio. 1987.

Artigo recebido em 09 de agosto de 2016. Aprovado em 23 de fevereiro de 2017.

Notas

¹ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

² Idem.

³ BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Documentos históricos [Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) dadas por Salvador Correia de Sá (1578-79)] / Biblioteca Nacional**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1928.

⁴ ABREU, J. Capistrano de. 1930. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro.

⁵ APEB, Seção Histórica, cartas ao Governo, maço 242.

⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1853**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁷ GALVÃO. Mons. Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana**. Manuscritos do Livro de memória da região de Feira de Santana. Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana.

⁸ FOREIRO: o proprietário atribui à outra pessoa o domínio útil do imóvel.

⁹ GALVÃO. Mons. Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana**. Manuscritos do Livro de memória da região de Feira de Santana. Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana.

¹⁰ SILVA, Arnold. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, 11 de agosto, 1939.

¹¹ Idem.

¹² TRANSCRIÇÃO DO DEPOIMENTO DO SR. RAUL FERREIRA DA CRUZ. Projeto História Oral de Irará. 12/07/1985.

¹³ TRANSCRIÇÃO DO DEPOIMENTO DO SR. RAUL FERREIRA DA CRUZ. Projeto História Oral de Irará. 12/07/1985.

¹⁴ Na realidade o que garante a unidade, o crescimento e o peso político da *parentela agnática* é a capacidade de liderança e aglutinação do seu chefe.

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE IRARÁ. **Registros de Compra e Vendas de escravos e Inventários.**

¹⁶ LIMA, Zélia de Jesus de. **Lucas Evangelista: O Lucas da Feira. Estudos sobre a Rebelião Escrava em Feira de Santana/1807-1849.** Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador, 1990.

¹⁷ NOGUEIRA, Aristeu. **Transcrição da Gravação do Depoimento do Sr. Raul Ferreira da Cruz**, em colaboração para o Projeto de História Oral de Irará, 12 de setembro de 1985.

¹⁸ LIMA, Zélia de Jesus de. **Lucas Evangelista: O Lucas da Feira. Estudos sobre a Rebelião Escrava em Feira de Santana/1807-1849.** Dissertação de Mestrado. UFBA, Salvador, 1990.

¹⁹ Correspondência da Câmara de Feira de Santana para a Presidência da província, Maço número 1.309; Ano 1934 doc. Número 04-11/01/1834-APEBBA.

²⁰ CASTRO, Ubiratan Araújo. **“Por uma História Política da Economia”**, Revista Resgate, 7, 1997, p.107.

²¹ POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Salvador: Itapoã, 1968.

²² Kátia Mattoso, Bahia: **A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1978, p.234.

²³ NEVES, E. F. **Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio** (um Estudo de História Regional e Local). Salvador e Feira de Santana: EDUFBA e UEFS, 1998.

²⁴ FRAGA, Walter Filho. **Encruzilhadas da Liberdade.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ FRAGA, Walter Filho. **Encruzilhadas da Liberdade.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²⁸ Transcrição do depoimento de Sr. Raul Ferreira da Cruz, em colaboração para o projeto de História Oral de Irará.

²⁹ GALVÃO. Mons. Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana.** Manuscritos do Livro de memória da região de Feira de Santana. Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana.

³⁰ Idem.

³¹ **Terras devolutas** são terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas. ROCHA, Ibrahim et al. **Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de direito agroambiental.** Belo Horizonte. Fórum. 2010.

³² Esse Arquivo não é organizado conforme os padrões dos grandes arquivos O mesmo já sofreu várias transferências de espaço, sendo que nessas mudanças muitos documentos foram perdidos.

³³ Inventários dos moradores da vila de Nossa Senhora da Purificação dos Campos. Arquivo Público Municipal de Irará. Maço dos inventários (1790-1898).

³⁴ Além desses, os livros de batismos, óbitos e também os inventários são fontes imprescindível para se conhecer a organização de família, branca, indígena, negra e mista entre índios e negros, brancos e índios, brancos e negros.

³⁵ LIVROS DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DAS ITAPOROCAS: batizados e casamentos (1685-1890) Óbito (1685-1721) –Diocese de Feira de Santana.

³⁶ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.